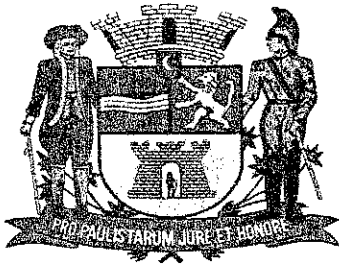


COM SUBSTITUTIVO



Câmara Municipal de Jacareí
PALÁCIO DA LIBERDADE

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 07, DE 03.07.2018

APROVADO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 406/2018

ASSUNTO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – REVOGA OS DECRETOS LEGISLATIVOS Nº 299/2009, Nº 300/2010, Nº 377/2016, Nº 378/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORIA: VEREADORES LUCIMAR PONCIANO, ABNER DE MADUREIRA E DRA. MÁRCIA SANTOS (MESA DIRETORA DO LEGISLATIVO).

DISTRIBUÍDO EM: 04.07.2018

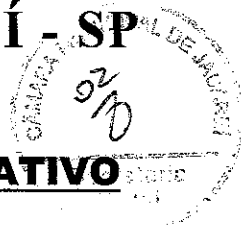
PRAZO FATAL:

DISCUSSÃO ÚNICA

Aprovado em Discussão Única Em...17...de...10...de 2018 Presidente	REJEITADO Em.....de.....de 2018 Presidente
Aprovado em 1ª Discussão Em.....de.....de 2018 Presidente	ARQUIVADO Em.....de.....de 2018 Secretário-Diretor Legislativo
Aprovado em 2ª Discussão Em.....de.....de 2018 Presidente	Retirado de Tramitação Em.....de.....de 2018 Presidente
Adiado em...05...de...09...de 2018 Para...10...de...10...de 2018 Secretário-Diretor Legislativo	Adiado em...10...de...10...de 2018. Para...17...de...10...de 2018 Secretário-Diretor Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

*Prejudicado em
razão da aprova-
ção de Substituto
(ver fl. 23).*

Revoga os Decretos Legislativos nº 299/2009, nº 300/2010, nº 377/2016, nº 378/2016, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ APROVA E A SUA PRESIDENTE, VEREADORA LUCIMAR PONCIANO LUIZ, PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam revogados os Decretos-Legislativos adiante indicados, referentes aos respectivos exercícios financeiros infra relacionados:

I – Decreto Legislativo nº 299/2009, referente ao exercício financeiro da Prefeitura Municipal de Jacareí de 2001;

II – Decreto Legislativo nº 300/2010, referente ao exercício financeiro da Prefeitura Municipal de Jacareí de 2006;

III – Decreto Legislativo nº 377/2016, referente ao exercício financeiro da Prefeitura Municipal de Jacareí de 2011;

IV – Decreto Legislativo nº 378/2016, referente ao exercício financeiro da Prefeitura Municipal de Jacareí de 2012;

Art. 2º Diante do disposto no artigo 1º deste Decreto, os respectivos processos de contas serão retomados do estágio imediatamente anterior ao Decreto ora revogado, garantindo-se aos interessados o contraditório e ampla defesa, nos termos da lei.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jacareí, 28 de junho de 2018.


LUCIMAR PONCIANO
Presidente

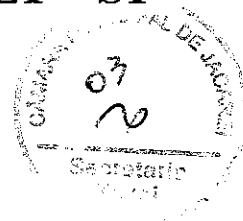

ABNER DE MADUREIRA
1º Secretário


DRA. MARCIA SANTOS
2ª Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem por objetivo corrigir atos cometidos em contrariedade a norma jurídica.

Com efeito, os Decretos a serem revogados pela presente propositura, efetuaram o julgamento de contas de ex-prefeitos mediante simples decurso de prazo, de forma fictícia, sem efetivamente submeter o assunto aos Vereadores em plenário.

A base legal que chancelou tal conduta, conferindo-lhe ares de legalidade, era a redação do artigo 28, inciso VII, alínea "b", da Lei Orgânica do Município:

Art.28 Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:

(...)

VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:

b) decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;

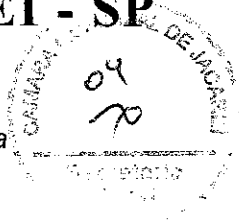
Ocorre que esse dispositivo foi retirado da Lei Orgânica em Ação Direta de Inconstitucionalidade, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, conforme processo nº 2189951-23.2016.8.26.0000. Na ocasião, a Corte Paulista entendeu que não há como aprovar ou rejeitar contas, sem a efetiva manifestação dos Vereadores, soberanos na matéria. E que, por isso, a decisão apenas por transcurso de prazo, fere direitos dos Vereadores conferidos pela própria Constituição Federal e Estadual:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por **decisão** de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Ainda sobre o tema, a Constituição Paulista estabelece que:

Artigo 20 - Compete, exclusivamente, à Assembleia Legislativa:

(...)

VI - tomar e **julgar**, anualmente, as contas prestadas pela Mesa da Assembleia Legislativa, pelo Governador e pelo Presidente do Tribunal de Justiça, respectivamente, do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Poder Judiciário, e apreciar os relatórios sobre a execução dos Planos de Governo;

Artigo 33 - O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

I - **apreciar** as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar do seu recebimento;

Artigo 144 - Os Municípios, com autonomia política, legislativa, administrativa e financeira se auto-organizarão por Lei Orgânica, **atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.**

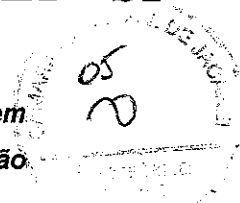
Artigo 150 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e de todas as entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, finalidade, motivação, moralidade, publicidade e interesse público, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela **Câmara Municipal**, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

de cada Poder, na forma da respectiva lei orgânica, em conformidade com o disposto no artigo 31 da Constituição Federal.



Reconhecendo o acerto da decisão do Tribunal de Justiça, este Parlamento aprovou e promulgou a Emenda à Lei Orgânica do Município nº 72, de 11 de maio de 2017, a qual extirpou tal espécie de julgamento, impondo, inclusive, o trancamento da pauta acaso o parlamento não delibere sobre a matéria.

Todavia, considerando que tais Decretos foram baseados em norma inconstitucional, não possuem mais suporte de validade, de modo que, por arrastamento, também são inconstitucionais. Razão pela qual é imperiosa a revogação formal de tais normas.

Não obstante, destacamos que, com a anulação dos Decretos especificados, os ex-prefeitos interessados terão seus direitos de serem julgados pelo Parlamento, devidamente resguardados. Até mesmo porque, todos eles, prejudicados com tal manobra, entraram com ações judiciais alegando justamente que, pela Constituição Federal, é direito deles serem submetidos a julgamentos perante os Vereadores, o que não ocorreu no julgamento automático.

Portanto, para sanar a inconstitucionalidade que impregna tais normas, pedimos o apoio e voto dos nobres Vereadores e Vereadoras para aprovarmos esta propositura, pelo que antecipadamente agradecemos.

Câmara Municipal de Jacareí, 25 de junho de 2018.


LUCIMAR PONCIANO
Presidente


ABNER DE MADUREIRA
1º Secretário


DRA. MÁRCIA SANTOS
2ª Secretária

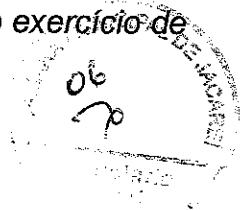


CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

DECRETO LEGISLATIVO Nº 299/2009

Aprova o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo relativo às contas do exercício de 2001 da Prefeitura Municipal de Jacareí.



O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ, VEREADOR DIOBEL DE LIMA FERNANDES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO QUE:

1 - De acordo com o artigo 26, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Jacareí, compete ao Presidente da Câmara interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

2 - Que a Constituição Federal, por força do art. 31, § 1º, dispõe que o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado;

3 - Que a Constituição Federal, em seu art. 31, § 2º, prescreve que o parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas, que o Prefeito deve anualmente prestar só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal;

4 - Que a Lei Orgânica do Município de Jacareí, em seu art. 28, inciso VII, alínea 'a' dispõe que o parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



DECRETO LEGISLATIVO Nº 299/2009 – Fls. 02

5 - Que a parte final do § 4º do art. 122 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí dispõe que o parecer do Tribunal de Contas será rejeitado pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

6 – Que o art. 28, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Jacareí dispõe que o prazo máximo para deliberação sobre o parecer do Tribunal de Contas será de 60 (sessenta) dias de seu recebimento;

7 - Que o art. 132, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí prevê que decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias sem deliberação, serão as contas consideradas aprovadas ou rejeitadas de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;

8 – Que foram cumpridas todas as etapas referentes à tramitação do parecer contidas no art. 131 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí;

9 – Que, embora convocadas sessões para deliberação do parecer, as mesmas não foram realizadas por deliberadas faltas de quorum efetivadas com o não comparecimento de 7 (sete) vereadores na sessão extraordinária especialmente convocada para este fim no dia 30/11/2009 e, após o início dos trabalhos, na sessão ordinária do dia 15/12/2009, cujo processo encontrava-se incluído na ordem do dia;



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



DECRETO LEGISLATIVO Nº 299/2009 – Fls. 03

10 – Que foram concedidas as oportunidades de defesa e contraditório legalmente cabíveis ao caso; e

Considerando finalmente que o parecer do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo opinou pela rejeição das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí referentes ao exercício de 2001,

PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam rejeitadas as contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2001, nos termos do art. 31, § 2º, da Constituição Federal, do art. 28, inciso VII, alínea 'a', da Lei Orgânica do Município de Jacareí e do art. 122, § 4º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto Legislativo nº 255/2005, de 16 de dezembro de 2005, e as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Jacareí, 17 de dezembro de 2009.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

DECRETO LEGISLATIVO Nº 300/2010

Aprova o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo relativo às contas do exercício de 2006 da Prefeitura Municipal de Jacareí.



O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ, VEREADOR DIOBEL DE LIMA FERNANDES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO QUE:

1 - De acordo com o artigo 26, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Jacareí, compete ao Presidente da Câmara interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

2 - A Constituição Federal, por força do art. 31, § 1º, dispõe que o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado;

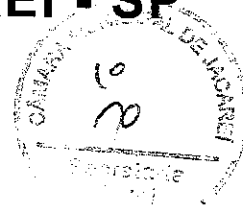
3 - A Constituição Federal, em seu art. 31, § 2º, prescreve que o parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas, que o Prefeito deve anualmente prestar só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal;

4 - A Lei Orgânica do Município de Jacareí, em seu art. 28, inciso VII, alínea 'a' dispõe que o parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



DECRETO LEGISLATIVO Nº 300/2010 – Fls. 02

5 - A parte final do § 4º do art. 122 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí dispõe que o parecer do Tribunal de Contas será rejeitado pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

6 – O art. 28, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Jacareí dispõe que o prazo máximo para deliberação sobre o parecer do Tribunal de Contas será de 60 (sessenta) dias de seu recebimento;

7 - O art. 132, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí prevê que decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias sem deliberação, serão as contas consideradas aprovadas ou rejeitadas de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;

8 – Foram cumpridas todas as etapas referentes à tramitação do parecer contidas no art. 131 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí;

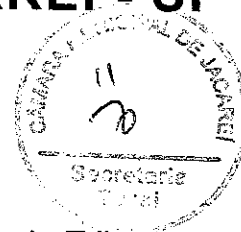
9 – Embora convocadas sessões para deliberação do parecer, as mesmas não foram realizadas por deliberadas faltas de quorum efetivadas com o não comparecimento de 7 (sete) vereadores nas sessões ordinárias dos dias 23/02/2010 e 16/03/2010;

10 – Foram concedidas as oportunidades de defesa e contraditório legalmente cabíveis ao caso; e



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



DECRETO LEGISLATIVO Nº 300/2010 – Fls. 03

Considerando finalmente que o parecer do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo opinou pela rejeição das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí referentes ao exercício de 2006,

PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam rejeitadas, de acordo com o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2006, nos termos do art. 31, § 2º, da Constituição Federal, do art. 28, inciso VII, alíneas 'a' e 'b', da Lei Orgânica do Município de Jacareí e do art. 122, § 4º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

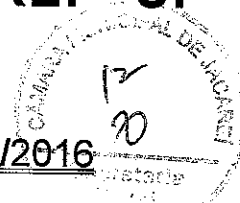
Câmara Municipal de Jacareí, 17 de março de 2010.

DIOBEL DE LIMA FERNANDES
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



DECRETO LEGISLATIVO Nº 377/2016

Aprova o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo relativo às contas do exercício de 2011 da Prefeitura Municipal de Jacareí.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ, VEREADOR ARILDO BATISTA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO QUE:

1 - De acordo com o artigo 26, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Jacareí, compete ao Presidente da Câmara interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

2 - A Constituição Federal, por força do art. 31, § 1º, dispõe que o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado;

3 - A Constituição Federal, em seu art. 31, § 2º, prescreve que o parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas, que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal;

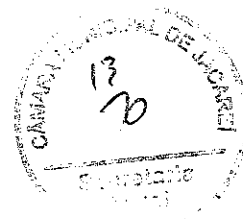
4 - A Lei Orgânica do Município de Jacareí, em seu art. 28, inciso VII, alínea "a", dispõe que o parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

DECRETO LEGISLATIVO Nº 377/2016 – Fls. 02



5 - A parte final do § 4º do art. 122 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí dispõe que o parecer do Tribunal de Contas será rejeitado pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

6 – O art. 28, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Jacareí dispõe que o prazo máximo para deliberação sobre o parecer do Tribunal de Contas será de 60 (sessenta) dias de seu recebimento;

7 - O art. 132 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí prevê, em seu § 1º, que a Câmara terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para julgar as contas do Prefeito e, em seu § 2º, que esse parecer só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara;

8 – Foram concedidas as oportunidades de defesa e contraditório legalmente cabíveis ao caso;

9 – Encontra-se expirado o prazo para cumprimento de etapas referentes à tramitação do parecer contidas no art. 131 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí;

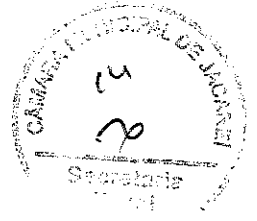
10 – Todos os atos praticados estão devidamente registrados nos autos do Processo nº 210/2015, de 14 de dezembro de 2015, do Legislativo; e



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

DECRETO LEGISLATIVO Nº 377/2016 – Fls. 03



Considerando finalmente que o parecer do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo opinou pela rejeição das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí referentes ao exercício de 2011,

PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam rejeitadas, de acordo com o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2011, nos termos do art. 31, § 2º, da Constituição Federal, do art. 28, inciso VII, alíneas “a” e “b”, da Lei Orgânica do Município de Jacareí, e dos arts. 122, § 4º, e 132, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jacareí, 7 de abril de 2016.

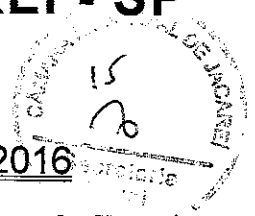
ARILDO BATISTA

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



DECRETO LEGISLATIVO Nº 378/2016

Aprova o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo relativo às contas do exercício de 2012 da Prefeitura Municipal de Jacareí.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ, VEREADOR ARILDO BATISTA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO QUE:

1 - De acordo com o artigo 26, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Jacareí, compete ao Presidente da Câmara interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

2 - A Constituição Federal, por força do art. 31, § 1º, dispõe que o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado;

3 - A Constituição Federal, em seu art. 31, § 2º, prescreve que o parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas, que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal;

4 - A Lei Orgânica do Município de Jacareí, em seu art. 28, inciso VII, alínea "a", dispõe que o parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



DECRETO LEGISLATIVO Nº 378/2016 – Fls. 02

5 - A parte final do § 4º do art. 122 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí dispõe que o parecer do Tribunal de Contas será rejeitado pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

6 – O art. 28, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Jacareí dispõe que o prazo máximo para deliberação sobre o parecer do Tribunal de Contas será de 60 (sessenta) dias de seu recebimento;

7 - O art. 132 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí prevê, em seu § 1º, que a Câmara terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para julgar as contas do Prefeito e, em seu § 2º, que esse parecer só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara;

8 – Foram concedidas as oportunidades de defesa e contraditório legalmente cabíveis ao caso;

9 – Encontra-se expirado o prazo para cumprimento de etapas referentes à tramitação do parecer contidas no art. 131 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí;

10 – Todos os atos praticados estão devidamente registrados nos autos do Processo nº 211/2015, de 14 de dezembro de 2015, do Legislativo; e



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



DECRETO LEGISLATIVO Nº 378/2016 – Fls. 03

Considerando finalmente que o parecer do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo opinou pela rejeição das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí referentes ao exercício de 2012,

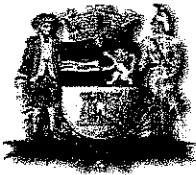
PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam rejeitadas, de acordo com o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as contas da Prefeitura Municipal de Jacareí relativas ao exercício de 2012, nos termos do art. 31, § 2º, da Constituição Federal, do art. 28, inciso VII, alíneas “a” e “b”, da Lei Orgânica do Município de Jacareí, e dos arts. 122, § 4º, e 132, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

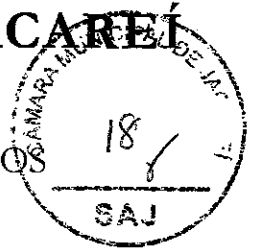
Câmara Municipal de Jacareí, 7 de abril de 2016.

ARILDO BATISTA
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



Projeto de Decreto Legislativo nº 07 de
03/07/2018

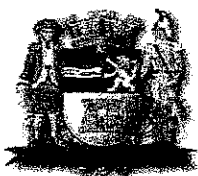
EMENTA: *Projeto de Decreto Legislativo que revoga os Decretos Legislativos nº 299/2009, nº 300/2010, nº 377/2016 e nº 378/2016, nos termos em que especifica. Constitucionalidade. Legalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Arrastamento. Recomendação. Efeito prático.*

PARECER Nº 230 – JACC - SAJ – 08/2018

RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo de autoria da Mesa Diretora da Câmara, o qual objetiva revogar os Decretos Legislativos nº 299/2009, nº 300/2010, nº 377/2016 e nº 378/2016, nas condições que especifica (fls. 02).

A justificativa apresentada pelos autores, é que uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, declarou inconstitucional a previsão outrora contida na Lei Orgânica do Município, que permitia o julgamento automático, ficto ou por decurso de prazo, das contas do alcaide. De tal sorte que, por arrastamento, os decretos editados na norma declarada inconstitucional, também devem ser removidos do ordenamento jurídico (fls. 03/05).



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



Assim, a propositura foi encaminhada a esta Secretaria de Assuntos Jurídicos, para que, nos termos do artigo 46 da Lei Orgânica Municipal (LOM) e artigo 46 do Regimento Interno, seja emitido o devido parecer quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos relativos ao projeto apresentado.

FUNDAMENTAÇÃO

A Lei Orgânica do Município, em seu artigo 28, inciso VII, dispõe que é de competência privativa da Câmara Municipal tomar e julgar as contas do Prefeito. De modo que se verifica a regularidade formal quanto ao aspecto subjetivo da propositura.

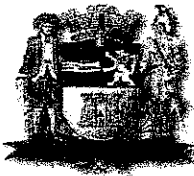
Por sua vez, o artigo 45 da Lei Orgânica do Município estabelece o Decreto Legislativo como instrumento adequado para tal finalidade, por se tratar de matéria que transcende o interesse *interna corporis* do Poder Legislativo.

Artigo 45 - Os projetos de resolução disporão sobre matéria de interesse interno da Câmara e os **projetos de decreto legislativo sobre os demais casos** de sua competência privativa.

Parágrafo Único - Nos casos de projeto de resolução e de projeto de decreto legislativo, considerar-se-á encerrada com a votação final a elaboração da norma jurídica, que será promulgada pelo Presidente da Câmara.

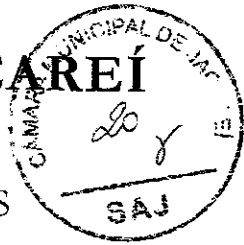
Igualmente, o artigo 96 do Regimento Interno da Casa de Leis, Resolução nº 642/2005, estabelece o Decreto Legislativo como

Página 2 de 5



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉI

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



instrumento adequado para tal finalidade, por se tratar de matéria que transcende o interesse *interna corporis* do Poder Legislativo.

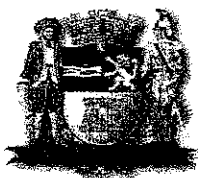
Art. 96. Projeto de Decreto Legislativo é a proposição destinada a regular matéria que exceda os limites da economia interna da Câmara, de sua competência privativa e não sujeita à sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente.

Parágrafo único. Constituem obrigatoriamente matérias de Decreto Legislativo a concessão de homenagens e a aprovação ou rejeição de contas do Prefeito.

No mérito, verifica-se que o projeto promove medidas corretivas, decorrentes de Ação Direta de Inconstitucionalidade, que não afrontam as disposições do ordenamento jurídico vigente, pelo que não se verifica qualquer óbice à sua regular tramitação.

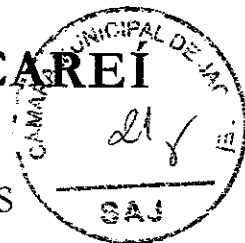
Nesse sentido, já se pronunciou o Tribunal Superior Eleitoral:

"Pareceres prévios do tribunal de contas do Estado pela rejeição das contas do agravante relativas aos exercícios de 1999 e 2000, aprovados por meio de **decreto legislativo da Câmara Municipal com fundamento em decurso de prazo. Edição de novos decretos legislativos revogando os primeiros e aprovando as contas.** "Se a Câmara não se manifestou - e a jurisprudência do Tribunal é tranquila no sentido de que não cabe reprovação ou aprovação de contas por decurso de prazo, pois deve haver a efetiva análise dessas contas pela Câmara de Vereadores - concluo que, no caso concreto, não se cuida de revogação de decisão tomada, mas de apreciação pela primeira vez"



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



(Ac. de 18.12.2008 no AgR-REspe nº 33.835, rel. Min.
Eros Grau.)

Contudo, merece a **atenção** dos autores, a novel disposição introduzida via Emenda à Lei Orgânica, que estabelece o *trancamento automático da pauta*, acaso não se delibere sobre a matéria em questão.

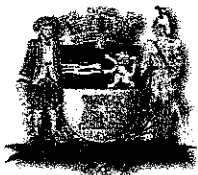
Vale dizer que, quando vigente a norma que – inconstitucionalmente – permitia o julgamento ficto, sequer havia a possibilidade de trancamento de pauta. Contudo, com a correção promovida pelos membros da atual Legislatura, com a aprovação da Emenda nº 72, tal inconstitucionalidade foi corrigida, alterando o regime outrora vigente.

Assim, recomenda-se que os proponentes analisem a questão e adotem medidas que evitem tal consequência (EMENDA ou SUBSTITUTIVO), que certamente afetará negativamente a regularidade dos trabalhos do Poder Legislativo.

Assim sendo, verifica-se que o Projeto está **APTO** a ser deliberado pelos ilustres vereadores em plenário.

CONCLUSÃO

Com essas considerações, salvo melhor juízo, o referido projeto reúne condições de prosseguir, devendo ser submetido ao crivo da comissão de Constituição e Justiça, conforme disposto no artigo 32 do Regimento Interno.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



Para a aprovação da propositura é necessário o voto favorável da **maioria simples** dos parlamentares presentes na sessão (art. 122, I, §1º do Regimento Interno), em **turno único** de votação.

É o parecer.

Ao Setor de Proposituras para prosseguimento.

Jacareí, 10 de agosto de 2018.

Jorge Alfredo Céspedes Campos

Secretário-Diretor Jurídico



SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE
DECRETO LEGISLATIVO Nº 07, DE
03/07/2018

APROVADO

Revoga os Decretos Legislativos nº 299/2009, nº 300/2010, nº 377/2016, nº 378/2016, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ APROVA E A SUA PRESIDENTE, VEREADORA LUCIMAR PONCIANO LUIZ, PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam revogados:

- I - o Decreto Legislativo nº 299/2009, referente às Contas do Executivo Municipal no exercício de 2001;
- II - o Decreto Legislativo nº 300/2010, referente às Contas do Executivo Municipal no exercício de 2006;
- III - o Decreto Legislativo nº 377/2016, referente às Contas do Executivo Municipal no exercício de 2011
- IV - o Decreto Legislativo nº 378/2016, referente às Contas do Executivo Municipal no exercício de 2012;

Art. 2º Ficam convalidados todos os atos perfeitos, válidos e eficazes realizados nos processos relativos aos julgamentos das Contas do Executivo Municipal referentes aos exercícios constantes do artigo 1º.

Art. 3º Fica renovado o prazo constante na alínea 'c' do inciso VII do art. 28 da Lei Orgânica do Município, para o julgamento das Contas do Executivo Municipal referentes aos exercícios constantes do artigo 1º, tendo por termo inicial a data de publicação deste Decreto Legislativo.



or na 1998

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

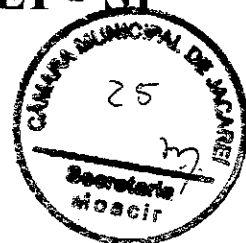
24

Secretaria
Municipal

DRA. MÁRCIA SANTOS
2ª Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE



JUSTIFICATIVA

Além dos motivos já expostos na justificativa da propositura exordial, o presente substitutivo tem por objetivo disciplinar a matéria em questão de acordo com o efeito prático, caso se aprove a proposta.

É de suma importância que se organize os trabalhos de modo a não ensejar o travamento da pauta legislativa, ainda que involuntariamente, pois, tal situação resultaria num colapso deste Poder Legislativo Municipal.

N'outro vértice, há, ainda, de se resguardar os atos já realizados, em homenagem a segurança jurídica e a eficiência, constitucionalmente assegurados.

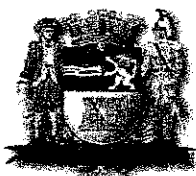
Portanto, para evitar tamanhos prejuízos, pedimos o apoio e voto dos nobres Vereadores e Vereadoras para aprovarmos esta propositura, pelo que antecipadamente agradecemos.

Câmara Municipal de Jacareí, 10 de agosto de 2018.


LUCIMAR PONCIANO
Presidente


ABNER DE MADUREIRA
1º Secretário


DRA. MÁRCIA SANTOS
2ª Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉI

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



Projeto de Decreto Legislativo nº 07 de 03/07/2018

EMENTA: *Substitutivo ao Projeto de Decreto Legislativo que revoga os Decretos Legislativos nº 299/2009, nº 300/2010, nº 377/2016 e nº 378/2016. Constitucionalidade. Legalidade. Adequações.*

PARECER Nº 233 – JACC - SAJ – 08/2018

RELATÓRIO

Trata-se de Substitutivo ao Projeto de Decreto Legislativo de autoria da Mesa Diretora da Câmara, o qual objetiva revogar os Decretos Legislativos nº 299/2009, nº 300/2010, nº 377/2016 e nº 378/2016, nas condições que especifica (fls. 23/25).

A justificativa apresentada pelos autores é de que o substitutivo incorporou ao texto da propositura, considerações acerca do efeito prático da medida, anteriormente olvidados.

Assim, a proposta legislativa foi encaminhada a esta Secretaria de Assuntos Jurídicos, para que, nos termos do artigo 46 da Lei Orgânica Municipal (LOM) e artigo 46 do Regimento Interno, seja emitido o devido parecer quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos relativos ao projeto apresentado.

FUNDAMENTAÇÃO

Remetida a esta Secretaria de Assuntos Jurídicos a fim de que seja examinada a pertinência constitucional, legal e jurídica da propositura acessória, verifica-se que o Substitutivo não compromete o aludido Projeto.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



O Substitutivo em questão apenas otimiza a proposta legislativa, ante as disposições recentemente introduzidas a Lei Orgânica do Município, conforme ponderações deduzidas anteriormente a fls. 18/22.

Deste modo, reiterando o teor do parecer nº 230 – JACC – SAJ – 08/2018 (fls. 18/22), conclui-se pela possibilidade de válido prosseguimento do Substitutivo, ante sua conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

Assim sendo, verifica-se que o Projeto está **APTO** a ser deliberado pelos ilustres vereadores em plenário.

CONCLUSÃO

Com essas considerações, salvo melhor juízo, o substitutivo reúne condições de prosseguir, devendo ser submetido ao crivo da comissão de Constituição e Justiça, conforme disposto no artigo 32 do Regimento Interno.

Para a aprovação da propositura é necessário o voto favorável da **maioria simples** dos parlamentares presentes na sessão (art. 122, I, §1º do Regimento Interno), em **turno único** de votação.

É o parecer, ao Setor de Proposituras para prosseguimento.

Jacareí, 14 de agosto de 2018.

Jorge Alfredo Céspedes Campos

Secretário-Diretor Jurídico



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE



COMISSÃO 1 - CCJ
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

	<u>PDL N° 07/2018 E SUBSTITUTIVO</u>	<u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO</u>
ASSUNTO:	Revoga os Decretos Legislativos nº 299/2009, nº 300/2010, nº 377/2016, nº 378/2016, e dá outras providências (com SUBSTITUTIVO).	
AUTORIA:	VEREADORES LUCIMAR PONCIANO, ABNER DE MADUREIRA E DRA. MÁRCIA SANTOS (MESA DIRETORA DO LEGISLATIVO)	

Os integrantes da Comissão Permanente de **CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**, tendo avaliado a propositura discriminada em epígrafe, nos termos regimentais, se manifestam na conformidade do quadro abaixo:

	Voto	Assinatura
DRª MÁRCIA SANTOS (Presidente)	<i>Removido</i>	<i>[Assinatura] 28/08/18</i>
PAULINHO DOS CONDUTORES (Relator)	<i>Plenário</i>	<i>[Assinatura]</i>
LUÍS FLÁVIO (FLAVINHO) (Membro)		

Justificativa:

Conforme parecer jurídico do CCJ

Câmara Municipal de Jacareí, 28 de agosto de 2018.

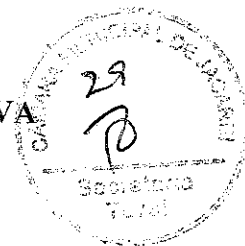
CONCLUSÃO:

Diante das manifestações acima, a propositura deverá ser:

☒ Encaminhada ao Plenário.

() Arquivada.

**PARECER DA COMISSÃO
DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA PARA PROJETOS DE LEI DE INICIATIVA
DO LEGISLATIVO**



PARECER Nº 109 /2018

**DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SOBRE O PROJETO DE
DECRETO LEGISLATIVO Nº 07 /2018.**

De autoria da Mesa Diretora, o projeto em epígrafe revoga os Decretos Legislativos nº 299/ 2009, nº 300/ 2010, nº 377 / 2016 e nº 378 / 2016, nos termos em que específica.

A presente proposição está em pauta, nos termos regimentais.

Na sequência do processo legislativo vem a propositura à análise desta Comissão, a fim de ser apreciada quanto a seus aspectos constitucional, legal e jurídico, conforme previsto no Regimento Interno.

Dessa forma, verifico que a competência para julgamento das contas do Prefeito é privativa desta Casa de Leis, conforme artigo 28, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, o artigo 45 do mesmo dispositivo define que o decreto legislativo é o instrumento correto à finalidade o que é ratificado pelo art. 96 do Regimento Interno, pois se trata de matéria que excede os limites da economia interna da Câmara.

Assim, o aludido projeto e seu substitutivo visam promover medidas corretivas, não havendo qualquer mácula quanto ao aspecto constitucional e legal.

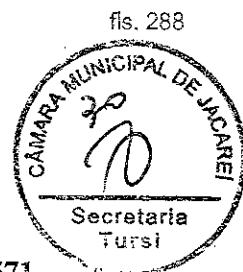
Portanto, manifesto-me favoravelmente à regular tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 07, de 03 de julho de 2018

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 2018.


DRA. MÁRCIA SANTOS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo



Registro: 2017.0000088571

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Direta de Inconstitucionalidade nº 2189951-23.2016.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é autor PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, é réu PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ.

ACORDAM, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "JULGARAM A AÇÃO PROCEDENTE. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PAULO DIMAS MASCARETTI (Presidente), FERREIRA RODRIGUES, PÉRICLES PIZA, EVARISTO DOS SANTOS, MÁRCIO BARTOLI, JOÃO CARLOS SALETTI, FRANCISCO CASCONI, RENATO SARTORELLI, CARLOS BUENO, FERRAZ DE ARRUDA, ARANTES THEODORO, TRISTÃO RIBEIRO, BORELLI THOMAZ, JOÃO NEGRINI FILHO, SÉRGIO RUI, SALLES ROSSI, RICARDO ANAFE, ALVARO PASSOS, AMORIM CANTUÁRIA, BERETTA DA SILVEIRA, VICO MAÑAS, ADEMIR BENEDITO E XAVIER DE AQUINO.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2017.

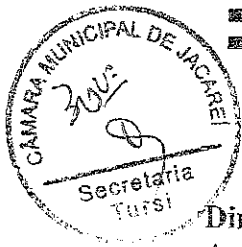
ANTONIO CARLOS MALHEIROS
RELATOR
Assinatura Eletrônica

ao Setor de
Proposituras

Por ordem da Senhora Presidente, solicito que o presente documento seja juntado aos autos do PDL 08/2018.

16/10/2018

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo



Direta de Inconstitucionalidade nº 2189951-23.2016.8.26.0000
Autor: Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo
Réu: Presidente da Câmara Municipal de Jacareí
Comarca: São Paulo
Voto nº 35.662

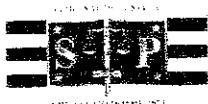
*AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE –
Alínea “b”, do inciso VII, do art. 28 e da expressão:
“considerando-se julgadas nos termos das conclusões
desse parecer, se não houver deliberação nesse prazo”,
constante do § 3º, do art. 49, da Lei Orgânica do
Município de Jacareí – Inobservância do princípio da
razoabilidade nos atos administrativos – Instrumentos de
freios e contrapesos previstos na Constituição Estadual
que não podem ser ignorados – Ação procedente.*

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Procurador Geral de Justiça em face da alínea “b”, do inciso VII, do art. 28 e da expressão: “considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação nesse prazo”, constante do § 3º, do art. 49, da Lei Orgânica do Município de Jacareí.

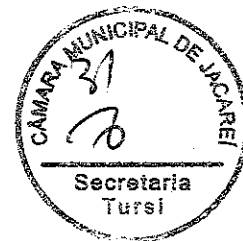
Alega que a Emenda mencionada fere o disposto nos artigos 5º, § 1º, 20, inciso VI, 32, 33, inciso I, 144, e 150, todos da Constituição Estadual.

Inexistiu pedido de liminar concedida.

Vieram as informações às fls.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
 São Paulo



256/259.

Citado, o Senhor Procurador Geral do Estado declinou de oferecer defesa ao ato atacado (fls. 267/270).

A D. Procuradoria Geral de Justiça opinou pela procedência da ação (fls. 272/281)

É o relatório.

Assim dispõe as normas guerreadas:

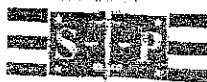
"Art.28 — Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:

(...)

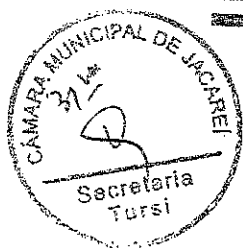
VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:

b) decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;

Art. 49 A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo



interno de cada Poder.

§ 3º As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação nesse prazo.

Os mecanismos de freios e contrapesos intrínsecos na à separação de poderes expressos nos artigos 2º, da Constituição Federal e 5º, Constituição Estadual, garante a autonomia política que orienta a Administração Municipal que lhe é imposto pelos artigos, 29, da Constituição Federal e 144, da Constituição Estadual.

O art. 150 da Constituição Estadual, remendo expressamente ao art. 31 da Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 150 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e de todas as entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, finalidade, motivação, moralidade, publicidade e interesse público, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo



controle interno de cada Poder, na forma da respectiva lei orgânica, em conformidade com o disposto no artigo 31 da Constituição Federal.

De outro lado, o preceito constitucional:

Art. 31 - A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Parágrafo primeiro - O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

Nesse passo, o artigo 20, inciso VI, da Constituição do Estado de São Paulo, como dito, dispõe ser de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, entre outras funções, "tomar e julgar, anualmente, as contas prestadas pela Mesa da Assembleia Legislativa, pelo Governador e pelo Presidente do Tribunal de Justiça respectivamente do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Poder Judiciário, e



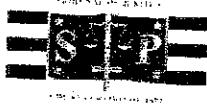
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
 São Paulo

apreciar os relatórios sobre a execução dos Planos de Governo".

Cabe ao Poder Legislativo realizar o controle externo dos atos do Poder Executivo, mediante "fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, das entidades da administração direta e indireta e das fundações instituídas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas", na forma do art. 20 da Constituição Bandeirante.

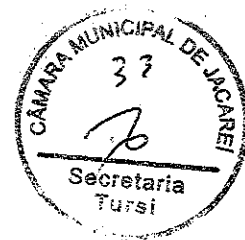
Já ao Tribunal de Contas caberá auxiliar na consecução desse controle externo, a lhe caber "apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar do seu recebimento" (art. 33, "caput", I).

É inequívoco, portanto, o reconhecimento de ser competência exclusiva do Poder Legislativo tomar e julgar as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo no âmbito da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, atuando o Tribunal de Contas (da União, estadual ou municipal) no auxílio dos atos de controle



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

fls. 294



externo.

Contudo, a Lei Orgânica do Município de Jacareí traz regra diferente da sistemática que a Constituição Federal e a Constituição do Estado de São Paulo estabelecem como obrigatórios para fiscalização e julgamento (controle externo) das contas do Chefe de seu Poder Executivo. Isso porque, foi instituído um verdadeiro julgamento "ficto" das contas do Poder Executivo, ao prever que se a Câmara de Vereadores local não tomar e julgar as contas do Prefeito Municipal em até "sessenta dias, dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação nesse prazo".

Esta questão já foi objeto de decisão deste Órgão Especial:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.
Art. 24, XV, "b", da Lei Orgânica do Município de Coronel Macedo. Previsão de aprovação ou rejeição das contas do Prefeito Municipal de acordo com a conclusão do parecer técnico prévio do Tribunal de Contas do Estado, na hipótese de a Câmara de Vereadores local não deliberar sobre elas no prazo de 90 dias, a contar do recebimento de

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo



referido parecer técnico prévio. Poder Legislativo que detém a competência exclusiva de tomar e julgar as contas prestadas anualmente pelo Chefe do respectivo Poder Executivo. Dispositivo legal que permite espécie de "julgamento ficto" das contas anuais do Prefeito do Município, o que representa indevida delegação de atribuições. Afronta aos arts. 5º, § 1º, 20, VI, 32, 33, I, 144 e 150, todos da Constituição do Estado de São Paulo, bem como ao art. 31, § 1º e § 2º, da Constituição Federal. Inconstitucionalidade do dispositivo normativo reconhecida. Ação procedente (Ação Direta de Inconstitucionalidade: nº 2057098-50.2016.8.26.0000. rel. Des. Tristão Ribeiro. J.19.10.16)

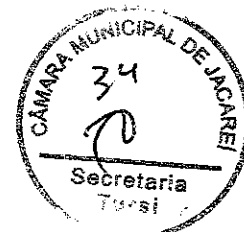
Os textos constitucionais não permitem essa forma de julgamento, uma vez que definem que o controle externo das contas do Chefe do Poder Executivo é ato de competência exclusiva do respectivo Poder Legislativo, ao qual cabe julgar, efetivamente, as contas, devendo aprová-las ou rejeitá-las, a depender da decisão de seus membros.

Dessa forma, ao extrapolar os limites constitucionalmente previstos, resta maculada a norma em exame, razão pela qual a procedência da ação é de rigor.

Isto posto, julga-se procedente a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo



ação, para declarar a inconstitucionalidade alínea "b", do inciso VII, do art. 28 e da expressão: "considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação nesse prazo", constante do § 3º, do art. 49, da Lei Orgânica do Município de Jacareí.

ANTONIO CARLOS MALHEIROS

Relator

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
 São Paulo



Registro: 2017.0000217974

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 2189951-23.2016.8.26.0000/50000, da Comarca de São Paulo, em que é embargante PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ, é embargado PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "REJEITARAM OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ADEMIR BENEDITO (Presidente), MOACIR PERES, FERREIRA RODRIGUES, EVARISTO DOS SANTOS, MÁRCIO BARTOLI, JOÃO CARLOS SALETTI, FRANCISCO CASCONI, RENATO SARTORELLI, CARLOS BUENO, FERRAZ DE ARRUDA, ARANTES THEODORO, TRISTÃO RIBEIRO, BORELLI THOMAZ, JOÃO NEGRINI FILHO, SÉRGIO RUI, SALLES ROSSI, RICARDO ANAFE, ALVARO PASSOS, AMORIM CANTUÁRIA, BERETTA DA SILVEIRA, SILVEIRA PAULOLO, PEREIRA CALÇAS E XAVIER DE AQUINO.

São Paulo, 29 de março de 2017.

ANTONIO CARLOS MALHEIROS
RELATOR
 Assinatura Eletrônica



**PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO**

Proc. nº 292.01.2010.006380-4
Nº Ordem 806/2010
1ª Vara Cível de Jacareí

Requerente(s): MARCO AURÉLIO DE SOUZA
Requerido(s): FAZENDA MUNICIPAL

*Ceo Setor de
Proponturas*

*Por ordem da Senhora
Presidente, solicito
que o presente documen-
to seja juntado aos
autos do PDL 07/2018.*

16/10/2018

Moacir B. Sales Neto
Sec. - Diretor Legislativo

MARCO AURÉLIO DE SOUZA, ex-Prefeito do

Município de Jacareí, ajuizou a presente ação em face da
MUNICIPALIDADE DE JACAREÍ, visando à anulação do Decreto
Legislativo nº 299/2009, que rejeitou as contas do Poder Executivo do
ano de 2001.



Em síntese, afirma que era Prefeito Municipal no ano de 2001 e que suas contas daquele ano foram parcialmente rejeitadas pelo Tribunal de Contas, tendo em vista que, em tese, o Poder Executivo não teria investido mais de 25% da arrecadação tributária na educação. Esclarece que em 2005 houve um primeiro julgamento pela Câmara de Vereadores, que, seguindo a orientação do Tribunal de Contas, manteve a rejeição. Ocorre que em razão de o direito de defesa do autor ter sido cerceado na oportunidade, o Decreto Legislativo 255/2005 foi anulado pelo Poder Judiciário, em mandado de segurança impetrado pelo ora requerente.

A decisão judicial transitou em julgado e determinou que fosse dada ao autor a oportunidade de se defender. A Câmara, então, anulou o Decreto Legislativo nº 255/2005 em 28.10.2009 e notificou o requerente para que oferecesse defesa.



PODER JUDICIÁRIO SÃO PAULO



Proc. nº 292.01.2010.006380-4
Nº Ordem 806/2010
1ª Vara Cível de Jacareí

Ao oferecer sua defesa, pleiteou a produção de prova pericial, que não foi autorizada pela Câmara. Diz, então, que a Câmara Municipal está incorrendo no mesmo erro de anteriormente, vedando ao autor a produção de provas e, por consequência, cerceando seu direito de defesa.

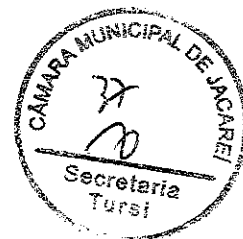
Esclarece também que não foi formada nenhuma comissão processante e que a rejeição das contas ocorreu por julgamento ficto, já que a sessão em que seriam votadas as contas de 2001 foi esvaziada exatamente pela discordância dos Vereadores com o indeferimento do pedido de produção de prova pericial.

Sustenta, porém, que o julgamento ficto por decurso de prazo é inconstitucional e, além disso, foi feito antes que decorresse integralmente o prazo previsto no Regimento Interno da Casa Legislativa (art. 132, II). Ademais, o Presidente da Câmara não tinha poderes para promulgar o Decreto Legislativo, usurpando competência do plenário.

Pede, então, que novamente seja reconhecido o cerceamento de defesa e a inconstitucionalidade do julgamento ficto, bem como o erro de procedimento relativo à não formação da comissão processante (art. 20, VI da Lei Orgânica do Município), tudo para o



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO



Proc. nº 292.01.2010.006380-4
Nº Ordem 806/2010
1ª Vara Cível de Jacareí

fim de reconhecer a nulidade do Decreto Legislativo nº 299/2009, que rejeitou as contas de 2001 do Poder Executivo.

Pediu tutela antecipada, para suspender os efeitos do referido decreto. O pedido inicialmente foi indeferido (fl. 457), mas concedido em agravo de instrumento (fls. 485/486 e 586/592).

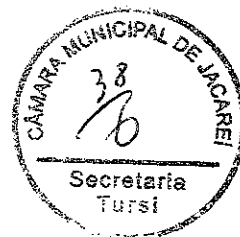
A **MUNICIPALIDADE** apresentou contestação, aduzindo que a **CÂMARA MUNICIPAL** não disponibilizou documentos necessários para a apresentação da defesa e que, apesar disso, o requerente teve a oportunidade de se defender e que o Decreto Legislativo atacado foi exarado depois de seguidos todos os trâmites legais (fls. 531/536).

Houve réplica (fls. 554/561), decisão saneadora que deferiu o ingresso da **CÂMARA MUNICIPAL** como assistente da requerida e determinou a ela que entregasse ao **MUNICÍPIO** cópias da documentação por ele solicitada, abrindo-se novo prazo para contestação (fl. 596).

A **CÂMARA** apresentou os documentos (fls. 644/885). Apesar de cientificada do fato de que as cópias do processo administrativo foram apresentadas e da instauração de inquérito policial (fl. 904), a requerida não aditou sua contestação, como autorizado pela



PODER JUDICIÁRIO SÃO PAULO



Proc. nº 292.01.2010.006380-4
Nº Ordem 806/2010
1ª Vara Cível de Jacareí

decisão de fl. 596, mas não teve nenhum prejuízo, porque não foram apresentados novos documentos.

É o relatório.

A ação é procedente.

Constituição Federal, art. 5º:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

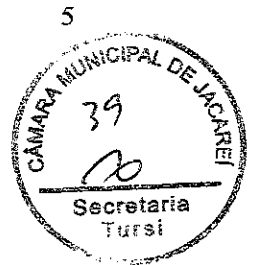
Pois bem.

O requerente teve suas contas de 2001 analisadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que as rejeitou. Naquela instância, o autor apresentou sua defesa, que foi rejeitada.

Instaurou-se em seguida, na Câmara Municipal, novo processo visando ao julgamento das contas da administração do requerente no ano de 2001. Rejeitadas as contas, o decreto legislativo foi anulado pelo Poder Judiciário, por cerceamento de defesa, com trânsito em julgado (fls. 308/313).



PODER JUDICIÁRIO SÃO PAULO



Proc. nº 292.01.2010.006380-4
Nº Ordem 806/2010
1ª Vara Cível de Jacareí

Prosseguiu-se, então, com o processo, sobrevivendo parecer da assessoria jurídica da Câmara (**fls. 319**) e defesa escrita do requerente (**fls. 355/371**), através da qual pleiteou a formação de comissão especial e a produção de prova pericial.

As Comissões de Constituição de Justiça e de Finanças e Orçamento exararam parecer não fundamentado pela rejeição das contas (**fl. 374**), depois de “reunião” que foi questionada por outros membros das referidas Comissões, que não teriam sido convocados (**fls. 394/396**).

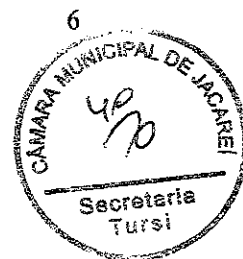
Vieram, então, novas manifestações das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento, agora fundamentando sua decisão (**fls. 397/398**), e de sete vereadores (**fl. 403**).

O requerente, mais uma vez, insistiu na produção da prova pericial (**fls. 412/416**), mas parecer da Assessoria Jurídica da Câmara declarou desnecessária a produção daquela prova (**fls. 417/420**).

Em sessão ordinária datada de 15.12.2009 (**fls. 426/435**), diante do indeferimento da produção da perícia pelo Presidente da casa legislativa, que não acolheu pedido de um dos



PODER JUDICIÁRIO SÃO PAULO



Proc. nº 292.01.2010.006380-4

Nº Ordem 806/2010

1ª Vara Cível de Jacareí

Vereadores para que a questão fosse decidida pelo plenário, sete Vereadores abandonaram a sessão (**fls. 433/435**), ficando prejudicada a apreciação das contas do autor.

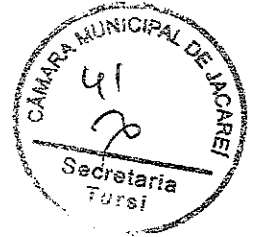
Depois disso, fundando-se no decurso de prazo para a apreciação da questão e nos **artigos 26, III e 28, VII da Lei Orgânica do Município, 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal e 122, § 4º, 131 e 132, II do Regimento Interno**, expediu-se o Decreto Legislativo atacado, que recebeu o número 299/2009 (**fls. 437/439**), que rejeitou as contas da Prefeitura Municipal de Jacareí no ano 2001.

Ocorre, porém, que o requerente, em sua defesa administrativa, impugna as contas elaboradas pelo Tribunal de Contas e que serviram como fundamento para que o parecer daquele órgão fosse pela rejeição das contas da Prefeitura em 2001.

Segundo o requerente, os técnicos do Tribunal de Contas não levaram em consideração o fato de que algumas das despesas da área de educação contraídas no ano 2001 só foram liquidadas em 2002, tendo ficado ao final daquele ano como "restos a pagar". Ademais, afirma que esses restos a pagar de 2001 também não foram considerados para a apuração relativa a 2002, exatamente porque eram referentes a 2001.



PODER JUDICIÁRIO SÃO PAULO



Proc. nº 292.01.2010.006380-4
Nº Ordem 806/2010
1ª Vara Cível de Jacareí

Esclarece que, se considerados tais “restos a pagar”, o percentual de investimento na área de educação de 2001 superaria os 25% e, com isso, suas contas seriam aprovadas.

O indeferimento da prova pericial, segundo parecer da Assessoria Jurídica da Câmara (fls. 417/420), é fundado no fato de que a prova pericial seria “desnecessária”, por já ter sido produzida no Tribunal de Contas.

Ocorre que são exatamente as contas do Tribunal de Contas que o autor está impugnando, de modo que negar a produção da perícia e prestigiar as contas impugnadas, sem direito à contraprova, revela novo cerceamento de defesa, impondo novamente a nulidade do processo, dessa vez parcialmente, já que parte dos atos produzidos devem ser preservados.

E depois de realizada a perícia, o laudo pericial deverá ser analisado por comissão especialmente formada para esse fim (Lei Orgânica do Município, art. 20, § 2º), que emitirá parecer fundamentado, do qual o requerente poderá se manifestar, antes de a questão ser levada ao plenário da Casa.

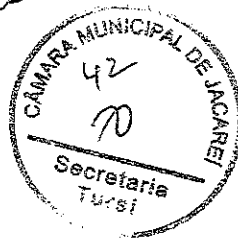
E se o processo é parcialmente nulo em razão do cerceamento de defesa, nulo é, também, o Decreto Legislativo 299/2009.



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Proc. nº 292.01.2010.006380-4
Nº Ordem 806/2010
1ª Vara Cível de Jacareí

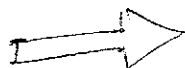
fls. 170 é o
relatório das Comissões



Em face das considerações tecidas, julga-se PROCEDENTE a ação, para anular parcialmente o processo administrativo, a partir da fl. 170, inclusive (Relatório e Voto das Comissões 1 e 2, cuja cópia se encontra à fl. 374 destes autos), determinando-se i) a produção da prova pericial pleiteada pelo ora requerente, com possibilidade de formulação de quesitos e acompanhamento por assistente técnico; ii) a formação de comissão especial para analisar a referida prova, emitindo parecer; assim como das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamento, que analisarão todas as provas produzidas de acordo com suas competências específicas; e iii) a intimação do ex-Prefeito MARCO AURÉLIO para que se manifeste sobre a prova e sobre o parecer da comissão especial, antes de colocado o processo em pauta. Declara-se nulo, também, o Decreto Legislativo nº 299/2009. Sucumbente, arcará a requerida com os honorários advocatícios dos patronos do requerente, fixados em 20% do valor atualizado da causa.

Transitada em julgado a sentença, oficie-se ao Presidente da Câmara de Vereadores, dando-se-lhe ciência desta decisão, para cumprimento.

P. R. I. C.

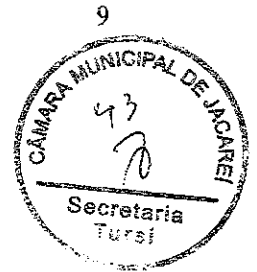


Jacareí, 16 de fevereiro de 2012.

1. anulação proc. adm. fl. 170;
2. produção prova pericial;
3. formação comiss. especial;
4. intimação Marco Aurélio fl. 374
* prova pericial;
* parecer comissão especial.
5. nulidade decreto legislativo
nº 299/2009

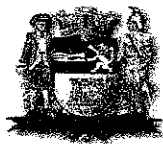


PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO



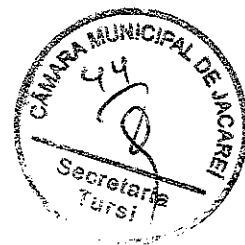
Proc. nº 292.01.2010.006380-4
Nº Ordem 806/2010
1ª Vara Cível de Jacareí

PAULO ALEXANDRE AYRES DE CAMARGO
Juiz de Direito



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



Jacareí, 17 de outubro de 2018.

Memorando Interno nº 018/2018 - SAJ

A Secretaria Legislativa

Ref.: JUNTADA DE CONSULTA
FORMULADA PELA COMISSÃO
PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA.

Encaminho para ciência de Vossa Senhoria, e posterior juntada ao Projeto de Decreto Legislativo nº 07, de 03 de julho de 2018, a consulta formulada pela Comissão Permanente de Constituição e Justiça, bem como da respectiva manifestação desta Secretaria de Assuntos Jurídicos.

Acaso repare necessário qualquer esclarecimento, desde já esta Secretaria de Assuntos Jurídicos se coloca à disposição.

Atenciosamente,

Jorge Alfredo Céspedes Campos
Secretário-Diretor Jurídico



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



Jacareí, 16 de Outubro de 2018.

Ofício nº 156/GAB/LF

Ao Senhor

Dr. Jorge Alfredo Cespedes Campos
Secretário-Diretor Jurídico

Senhor Secretário,

Com base no Art. 47, parágrafo primeiro do Regimento Interno da Câmara, a Comissão de Constituição e Justiça, vem requerer o esclarecimento das dúvidas, abaixo relacionadas, surgidas quando da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 07/2018.

Trata-se de questionamentos com relação ao Projeto de Decreto Legislativo nº 07 de 03.07.2018 que revoga os decretos nº 299/2009, nº 300/2010, nº 377/2016, nº 378/2016, com base na decisão tida nos autos da ADI, Processo nº 2189951-23.2016.8.26.0000, julgada pelo Tribunal de Justiça Paulista.

Em uma análise minuciosa da decisão verifica-se que o Tribunal não se pronunciou, especificamente, com relação a inconstitucionalidade dos decretos que se pretende a revogação.

Destaque-se que os decretos, que se pretende a revogação, são inclusive objeto de questionamentos junto ao Poder Judiciário, pela via difusa de controle de constitucionalidade. Registre-se, que as referidas ações não foram definitivamente julgadas, visto que, ainda não se operou o trânsito em julgado.

Nesse sentido, considerando que os decretos que se pretendem a revogação estão sendo questionados junto ao poder judiciário caso o presente projeto de decreto seja aprovado não pode haver conflito entre as decisões?

O Tribunal de Justiça, em caso idêntico, conforme acórdão que instrui a presente consulta, se pronunciou expressamente acerca dos efeitos da ADI sobre os decretos que foram embasados na lei declarada inconstitucional. Se no presente caso o TJSP se pronunciou expressamente sobre os efeitos jurídicos a serem observados nos Decretos Legislativo nº 299/99; 300/2010; 377/2016 e 378/2016?



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



Por fim, tendo em vista, que o Projeto está pauta de votação na próxima sessão – 17/10/2018- pede-se por gentileza que seja dado prioridade ao parecer.

Diante do exposto, renovamos os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Dra. MÁRCIA SANTOS

Vereadora

Presidente da CCJ – Comissão de Constituição e Justiça



PAULINHO DOS CONDUTORES

Vereador

Relator da CCJ



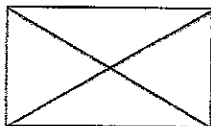
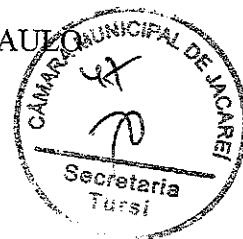
LUÍS FLÁVIO DIAS

Vereador

Membro da CCJ



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

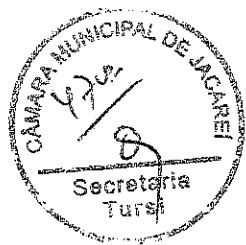
Registro: 2018.0000055017

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Embargos de Declaração nº 2102119-15.2017.8.26.0000/50000, da Comarca de São Paulo, em que é embargante PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BERTIOGA e Interessado PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BERTIOGA, é embargado SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BERTIOGA SSPMB.

ACORDAM, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "POR MAIORIA DE VOTOS, ACOLHERAM OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FARÁ DECLARAÇÃO DE VOTO O EXMO. SR. DES. RICARDO ANAFE.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores PEREIRA CALÇAS (Presidente), BORELLI THOMAZ, JOÃO NEGRINI FILHO, SÉRGIO RUI, SALLES ROSSI, RICARDO ANAFE (vencido, com declaração), ALVARO PASSOS, AMORIM CANTUÁRIA, BERETTA DA SILVEIRA, ANTONIO CELSO AGUILAR CORTEZ, ALEX ZILENOVSKI, ARTUR MARQUES, PINHEIRO FRANCO, ANTONIO CARLOS MALHEIROS, MOACIR PERES, FERREIRA RODRIGUES, PÉRICLES PIZA, EVARISTO DOS SANTOS, MÁRCIO BARTOLI, JOÃO CARLOS SALETTI, FRANCISCO CASCONI, RENATO SARTORELLI E CARLOS BUENO.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 31 de janeiro de 2018.

Ferraz de Arruda
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO



Embargos de Declaração nº 2102119-15.2017.8.26.0000/50000

Embargante: Presidente da Câmara Municipal de Bertiooga

Interessado: Prefeito do Município de Bertiooga

Embargado: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bertiooga
SSPMB

VOTO Nº 37.085

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ESCLARECIMENTOS
SOBRE OS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE
INCONSTITUCIONALIDADE LEVADA A EFEITO NA
ADI 2102119-15.2017.8.26.0000 – §1º, DO ARTIGO 41, DA
LC MUNICIPAL 93/2012 QUE DEVE TER SUA
INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA 'EX NUNC',
DE MODO A NÃO ACARRETAR A INVALIDAÇÃO, POR
ARRASTAMENTO, DOS DECRETOS EXPEDIDOS DESDE
2012 E QUE JÁ OPERARAM SEUS EFEITOS –
DECRETOS MUNICIPAIS 2.712 E 2.735/2017
PERMANECEM INVALIDADOS DESDE SEU
NASCEDOURO, SEM A NECESSIDADE DE REPETIÇÃO
DOS VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ PELOS
SERVIDORES, ATÉ A DATA DA PUBLICAÇÃO DO
ACÓRDÃO EMBARGADO – EMBARGOS ACOLHIDOS
PARA ESCLARECIMENTO.**

Cuida-se de embargos de declaração opostos ao v. acórdão que,
por unanimidade, julgou procedente Direta de Inconstitucionalidade ajuizada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bertioga – SSPMB para declarar a inconstitucionalidade do artigo 41, §1º, da Lei Complementar nº 93/2012, bem como os Decretos 2.712, de 30 de março de 2017 e 2.735, de 12 de abril de 2017, do Município de Bertioga, com efeitos *ex tunc*, sem repetição.

A Câmara Municipal de Bertioga apresenta os presentes embargos de declaração buscando esclarecimento sobre o real alcance da expressão “sem repetição”. Alega que o sistema remuneratório de Bertioga, desde 2012, previu a concessão de revisão geral anual por decretos, de modo que a retroação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade até a data de seu nascedouro, causa dúvida acerca de seu alcance, ou seja, se alguma devolução deverá ser feita pelos servidores.

É o relatório.

Com efeito, para que melhor se entenda a decisão proferida por este Magistrado no julgamento da Direta de Inconstitucionalidade, resta salientar que a declaração de inconstitucionalidade do §1º, do artigo 41, da Lei Complementar nº 93/2012 alcança tão somente a proibição de se conceder a revisão geral anual por decreto e assim deverá ter seus efeitos *ex nunc*, de modo a não acarretar, por arrastamento, a inconstitucionalidade de todos os decretos expedidos desde o ano de edição da referida LC (2012) que já operaram seus efeitos e que sequer foram objeto desta demanda constitucional.

Esclareça-se, ainda, que os Decretos Municipais 2.712 e 2.735/2017, permanecem invalidados desde seu nascedouro, sem contudo, a



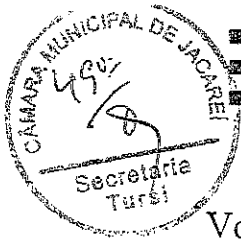
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO



necessidade de repetição dos valores recebidos de boa-fé pelos servidores, até a data de publicação do acórdão proferido na ADI 2102119-15.2017.8.26.0000, ou seja, 08/11/2017 (pág. 168, daqueles autos digitais).

Para que tais considerações se tornem parte integrante do acórdão embargado, é que acolho os embargos.

FERRAZ DE ARRUDA
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto nº 29.148

Embargos de Declaração nº 2102119-15.2017.8.26.0000/50000

Comarca: São Paulo

Embargante: Presidente da Câmara Municipal de Bertioga

Interessado: Prefeito do Município de Bertioga

Embargado: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bertioga
Sspmb

DECLARAÇÃO DE VOTO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Alegação de obscuridade – Embate fundado em vício de interpretação do vernáculo, tão-só.

Embargos rejeitados.

1. *Ex ante*, cumpre destacar a adoção do relatório elaborado, bem como a razoabilidade do voto do eminente Relator Desembargador Ferraz de Arruda, mas por convencimento, ousou divergir nos seguintes termos.

Trata-se de Embargos de Declaração interpostos pelo Presidente da Câmara Municipal de Bertioga, nos quais alega a ocorrência de obscuridade no acórdão de fl. 160/164. Pretende o embargante seja esclarecido o alcance da expressão “sem repetição” inserida na parte final do acórdão “para que se possa compreender na sua plenitude, inclusive no tocante às suas consequências jurídicas, a dimensão correta da decisão” (fl.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO



04/05).

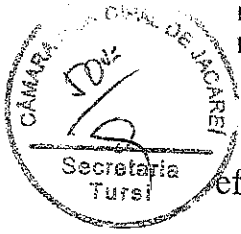
2. Com o devido respeito ao eminente Relator Desembargador Ferraz de Arruda, discordo do seu entendimento abaixo reproduzido:

“Com efeito, para que melhor se entenda a decisão proferida por este Magistrado no julgamento da Direta de Inconstitucionalidade, resta salientar que a declaração de inconstitucionalidade do §1º, do artigo 41, da Lei Complementar nº 93/2012 alcança tão somente a proibição de se conceder a revisão geral anual por decreto e assim deverá ter seus efeitos *ex nunc*, de modo a não acarretar, por arrastamento, a inconstitucionalidade de todos os decretos expedidos desde o ano de edição da referida LC (2012) que já operaram seus efeitos e que sequer foram objeto desta demanda constitucional.” (g.n.)

Como cediço, a ação direta de inconstitucionalidade visa retirar do mundo jurídico a norma que se encontra em desacordo com a Constituição e seu efeito é de coisa julgada material, gerando efeitos *erga omnes*, quanto à sua amplitude.

Ora, a ação que declara a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, em regra geral, retira a sua vigência, vale dizer, a norma é retirada do mundo jurídico, como se nunca tivesse existido, produzindo

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO



efeitos *ex tunc*, com retroação à data de seu nascimento¹.

Portanto, a validade de lei inconstitucional, pelo tempo de sua vigência, deve ser expressa, o que significa que se deve equacionar os efeitos da decisão proferida pela Corte Superior, no que tange à amplitude (*inter partes* ou *erga omnes*), ao tempo de vigência (*ex tunc* ou *ex nunc*), à repristinação, e às repercussões econômicas e sociais. Trata-se da chamada modulação dos efeitos da decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade __ regra excepcional que indica a possibilidade de se conferir o efeito *ex nunc* (não retroativo) à decisão proferida pelo Tribunal.

Todavia, a regra no Direito Brasileiro continua sendo a da eficácia *ex tunc*, apenas diante de situações extraordinárias, por razões de segurança jurídica ou de interesse social, é que poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, alterar o momento da produção dos efeitos da decisão que definir pela inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo (Cf. artigo 27, da Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999).

Desta feita, no caso *sub examine*, o pedido foi julgado

¹ A decisão em ADIn tem, atualmente, em regra, eficácia retroativa (*ex tunc*), atuando o Supremo Tribunal Federal, na expressão célebre de Kelsen, como *legislador negativo*: “Atos inconstitucionais são, por isso mesmo, nulos e destituídos, em consequência, de qualquer carga de eficácia jurídica. A declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive, os atos pretéritos com base nela praticados, eis que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquina de total nulidade os atos emanados do poder público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe – ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos válidos – a possibilidade de invocação de qualquer direito” (ADIn 652-5 – QO/MA – Min. Celso de Mello, DJ de 02/04/1993, ementário 1.698-3” *Apud* Constituição do Brasil Integrada, André Ramos Tavares, Ed. Saraiva, 3ª edição, 2011, p. 255 – Nota 3j ao art. 102, inciso I, “a”).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO



procedente **“para declarar inconstitucional o artigo 41, §1º, da Lei Complementar nº 93/2012, bem como os Decretos 2.712, de 30 de março de 2017, e 2.735, de 12 de abril de 2017, do Município de Bertiooga, com efeitos *ex tunc*, sem repetição”**.

Assim, nada a aclarar na decisão embargada, pelo simples fato de que não se cuida de alegação de contradição, obscuridade ou omissão, na medida em que tudo se resume no puro, simples e vetusto vernáculo.

Nesse aspecto, face a declaração de inconstitucionalidade das normas combatidas, com efeito retroativo (*ex tunc*), sem repetição, não há cogitar da devolução de valores já percebidos pelos servidores, diante da boa-fé e da natureza alimentar do benefício, que impede a repetição de valores recebidos de boa-fé, razão pela qual nada há a acolher quanto às alegações do embargante.

3. À vista do exposto, pelo meu voto, rejeito os embargos.

Ricardo Anafe



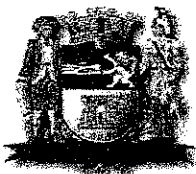
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Este documento é cópia do original que recebeu as seguintes assinaturas digitais:

Pg. inicial	Pg. final	Categoria	Nome do assinante	Confirmação
1	5	Acórdãos Eletrônicos	AUGUSTO FRANCISCO MOTA FERRAZ DE ARRUDA	593F7E7
6	9	Declarações de Votos	RICARDO MAIR ANAFE	7B1A306

Para conferir o original acesse o site:

<https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do>, informando o processo 2102119-15.2017.8.26.0000/50000 e o código de confirmação da tabela acima.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



EMENTA: *Consulta da Comissão Permanente de Constituição e Justiça acerca de Projeto de Decreto Legislativo que versa sobre revogação de ato normativo (Decreto Legislativo) que procedeu ao julgamento das contas do Poder Executivo.*

*Recebido
17/10/18
[assinatura]*

PARECER Nº 307 – JACC – SAJ - 10/2018



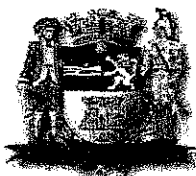
Trata-se de consulta formulada pela respeitosa Comissão Permanente de Constituição e Justiça acerca de aspectos jurídicos da possibilidade e consequências da propositura em exame, acaso aprovada.

A propositura em questão é o Projeto de Decreto Legislativo nº 07, de 03 de julho de 2018, que versa sobre a revogação dos Decretos Legislativos nº 299/2009, 300/2010, 377/2016 e 378/2016, os quais procederam o julgamento das contas dos ex-prefeitos, com base no decurso de prazo.

Basicamente, indaga o consulente o seguinte:

Os decretos que se pretendem a revogação estão sendo questionados junto ao Poder Judiciário, caso o presente projeto de decreto seja aprovado, não pode haver conflito entre as decisões?

O Tribunal de Justiça, em caso idêntico, conforme acórdão que instrui a presente consulta, se pronunciou expressamente acerca dos efeitos da ADI sobre os decretos que foram embasados na lei declarada inconstitucional. Se no presente caso, o TJSP se pronunciou expressamente sobre os efeitos jurídicos a



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



serem observados nos Decretos Legislativos nº 299/2009, 300/2010, 377/2016 e 378/2016 ?

A consulta veio instruída com o acórdão proferido na ação nº 2102119-15.2017.8.26.0000, da cidade de Bertioga-SP.

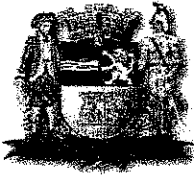
Feitos tais esclarecimentos, passo a manifestação.

Inicialmente, acerca do tema em apreço, peço vênica para juntar a íntegra do expediente que melhor analisou a questão antes da apresentação da propositura em tela, no qual foi emitido o parecer nº 189 – JACC – SAJ – 06/2018, da lavra deste subscritor, a qual compõe a presente manifestação em resposta ao consulente.

Quanto aos questionamentos, acerca do primeiro, esclareço que no caso de eventual conflito de decisões proferidas em sede de controle concentrado de constitucionalidade e controle difuso, via de regra prevalecerá aquela proferida pela via concentrada, em decorrência do *princípio da supremacia da constituição*.

Contudo, há de ser destacada as particularidades desta situação. Isto é, se no momento de julgamento do controle concentrado, já houver decisão com trânsito em julgado pela via difusa, respeitar-se-á os limites da coisa julgada. Deste modo, a decisão proferida em controle concentrado não afetará a demanda individual, salvo ajuizamento de ação rescisória, nos termos do artigo 525, § 12, do Código de Processo Civil.

Todavia, inexistindo coisa julgada material na via difusa, a decisão proferida em controle concentrado tem imediato efeito sobre referida ação, dado seu caráter *erga omnes*.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



Portanto, não haveria o citado conflito de decisões, uma vez que a ação em curso deverá seguir a orientação emanada do controle concentrado de constitucionalidade.

Quanto a segunda indagação, ao contrário do acórdão paradigma trazido pelo consulente, **não** houve manifestação expressa do Tribunal de Justiça de São Paulo acerca dos efeitos jurídicos a serem observados nos Decretos Legislativos nº 299/2009, 300/2010, 377/2016 e 378/2016.

Vale destacar que esta Casa Legislativa, à época, opôs embargos declaratórios para melhor esclarecer referida decisão, conforme expediente que instrui a presente manifestação.

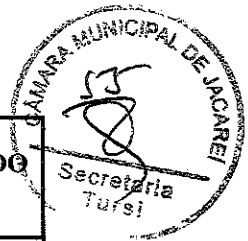
É o parecer, *sub censura*.

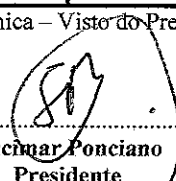
Jacareí, 17 de outubro de 2018.

Jorge Alfredo Cespedes Campos

Secretário-Diretor Jurídico

BOLETIM DE VOTAÇÃO NOMINAL



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 07/2018	AUTORIA: MESA DIRETORA DO LEGISLATIVO.			
VEREADORES	VOTAÇÃO ÚNICA			
	EM <u>17</u> / <u>10</u> / 2018			
	Favor	Contra	Abstenção	Ausência
PAULINHO DOS CONDUTORES			X	
DR. RODRIGO SALOMON	X			
SÔNIA PATAS DA AMIZADE			X	
VALMIR DO PARQUE MEIA LUA	X			
ABNER DE MADUREIRA	X			
ADERBAL SODRÉ	X			
ARILDO BATISTA		X		
FERNANDO DA ÓTICA ORIGINAL			X	
JUAREZ ARAÚJO	X			
LUÍS FLÁVIO (FLAVINHO)		X		
DRA. MÁRCIA SANTOS			X	
PAULINHO DO ESPORTE	X			
<p align="center">Votação Única – Visto do Presidente</p> <p align="center">  Lucimar Ponciano Presidente </p>				

APROVADO

**APURAÇÃO
VOTAÇÃO ÚNICA**

FAVORÁVEIS <u>6</u>	CONTRÁRIOS <u>2</u>	<input checked="" type="checkbox"/> APROVADO	<input type="checkbox"/> REJEITADO
ABSTENÇÕES <u>4</u>	AUSÊNCIAS <u>0</u>	<input type="checkbox"/> APROVADO POR ACLAMAÇÃO	